

A Tranqüilidade da Ordem

FEDERICO ALESSANDRINI
Vice-Diretor de L'Osservatore Romano

O desígnio da Encíclica *Populorum Progressio* em sua harmoniosa contextura — dizíamos há alguns dias atrás — aplica aos problemas dos povos em vias de desenvolvimento aquele conjunto de princípios e de normas que a Igreja, em uma reflexão de vários decênios, elaborou e vem enunciando frente às mudanças dos sistemas econômicos e às consequências humanas desses mesmos sistemas. Num primeiro tempo, precisava resolver em termos cristãos o caso de consciência que a *revolução industrial* havia criado nos países mais adiantados da velha Europa ou do continente americano, enunciando as premissas para uma solução cristã. A paz, conforme uma definição de Santo Tomás, é a "tranqüilidade da ordem": não pode ser construída a não ser sobre a justiça. Não se condiz com a guerra, embora todas as guerras tenham sido travadas para "assegurar a paz". Análogamente, uma ordem econômica e social justa não pode ser fundada pela luta de classes.

Hoje em dia, a existência de muitos países em desenvolvimento dilata as perspectivas praticamente à terra inteira. Vão-se formando, mais rapidamente do que se pensa, as premissas para uma luta de classes internacional e intercontinental e existem forças e poderes que contam com essa eventualidade. Não é esse o caminho cristão, portanto não é o caminho da Igreja: a qual — convém repeti-lo — não intervém nos problemas econômicos e sociais dos tempos que atravessam em sua peregrinação terrena para criar diretivas econômicas e sociais, políticas. Essa é uma tarefa que lhe não compete. Mas a Igreja, pelo magistério doutrinário e moral, inerente ao mandato que lhe foi confiado, tem o dever, portanto também o direito, de enunciar os princípios morais nos quais os cristãos e os homens de boa vontade devem e podem inspirar-se para fundar, de

modo autônomo e responsável, uma ordem econômica e social que não se oponha à lei moral cristã, ou simplesmente natural.

Trata-se de salvar o homem, a sua dignidade, a sua liberdade e de assegurar-lhe a possibilidade de ascensão, moral e material, onde quer que se encontre, qualquer que seja a sua língua, a crença religiosa, a cor da pele.

* * *

A primeira parte da Encíclica *Populorum Progressio* ("Para um desenvolvimento integral do homem") parte do reconhecimento desse direito natural e analisa as razões pelas quais encontra tantas dificuldades no esforço de afirmar-se. É, por assim dizer, um diagnóstico.

A condição de debilidade dos povos em desenvolvimento é efeito do colonialismo, o qual, tendo dado embora ao progresso material e técnico inegáveis contribuições, deixou os povos, até ontem dominados, em condições de grave depressão econômica. E não só econômica: demolidas, sem discernimento, tradições e culturas que no passado tinham sustentado de várias maneiras as instituições locais, nada de válido as substituiu para animar o impulso renovado, as aspirações naturais para uma vida mais digna.

A Igreja — e nisto está um dos traços mais corajosos da Encíclica — está, há séculos, empenhada numa ação missionária correspondente à sua vocação: foi uma obra construtiva, mesmo se o trabalho dos missionários "... pelo que nêle existe de humano, não tenha sido perfeito e alguns misturaram por vezes a maneira de pensar e de viver do seu país de origem, com a pregação da autêntica mensagem evangélica. Mas também souberam cultivar e promover as instituições locais".

Aqui o documento evoca o exemplo do Padre Charles de Foucauld, luminoso e mais próximo no tempo. Mas poder-se-ia recordar o Padre Mateus Ricci, o Padre De Nobili que, no fim do século XVI, assinalaram à ação missionária caminhos que hoje, com todo o direito, parecem modernos. Nem são outros os critérios que já no século VI São Gregório Magno sugeria a Agostinho de Cantuária para a evangelização da Britânia.

* * *

Numa concepção cristã da vida, o homem não somente tem a facilidade, mas o dever pessoal e comunitário de realizar-se a si mesmo e crescer de modo harmonioso: a busca do progresso em uma dimensão unicamente material constitui obstáculo ao crescimento do ser. Por conseguinte, a técnica não basta, precisa-se da contribuição dos valores humanísticos e sobretudo religiosos.

Nesse ponto, a Encíclica considera os meios existentes à disposição dos homens para "sujeitar a terra": é tudo quanto se encontra no mundo

do. Os bens têm um destino universal: "Se a terra é feita para fornecer a cada um os meios de subsistência e os instrumentos do progresso, todo homem tem direito, portanto, de nela encontrar o que lhe é necessário. O atual Concílio lembra: "Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade". Todos os outros direitos, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão-lhe subordinados: não devem portanto impedir, mas, pelo contrário, facilitar a sua realização; e é um dever social grave e urgente conduzi-los à sua finalidade primeira".

Nestes dias, a opinião pública — ou, se se preferir, o senso comum — foi orientada pela imprensa a considerar na Encíclica *Populorum Progressio* alguns pontos particulares, destacados do contexto e por vezes nem apresentados em sua expressão completamente literal. Referimo-nos, em particular, a um certo número de parágrafos da primeira parte e, mais precisamente, aos números 23-31, onde se fala da propriedade, do uso dos rendimentos, do capitalismo liberal, do trabalho. Afirmou-se que "pela primeira vez" o direito de propriedade, até agora considerado "sacrosanto", teria sido "redimensionado" de modo severo; que jamais condenação mais concisa foi pronunciada pela Igreja contra o capitalismo liberal. Dados por demonstrados juízes sumários como estes, as deduções, conforme as tendências econômicas ou políticas que se exprimem nos jornais, foram e são ainda positivas ou, digamos assim, menos positivas. Tudo isso é explicável, se se pensar que a tendência comum a quantos estão empenhados em atividades com "conteúdo temporal" — econômicas, políticas, sociais — considerar os atos da Igreja na perspectiva de uma "utilidade" — ou "não utilidade" — de caráter imediato e contingente.

As palavras que transcrevemos há pouco, sobre o direito comum a todos aos bens da terra, introduzem e esclarecem o tópico sobre a propriedade, a industrialização, o capitalismo liberal, o trabalho.

Portanto, a função social da propriedade é reafirmada conforme princípios imanentes ao cristianismo desde os primeiros séculos ou mesmo desde o dia do sermão da montanha. E é evidente que, permanecendo firme o direito originário, os seus limites podem variar com a variação do ambiente e da sua organização. Estamos longe do *ius utendi et abutendi* do direito romano que em alguns lugares passou para muitas legislações modernas através do código de Napoleão; mas estamos no filão originário da mensagem cristã. A industrialização não é reprovada em si mesma; ao contrário, é exaltada como sinal e fator de desenvolvimento, mas na medida em que não esmaga o homem. Quanto ao "capitalismo liberal", esse é reconhecido e aceito se for instrumento idóneo de progresso e de "promoção" humana através da liberdade de iniciativa; é reprovado — quando se torna instrumento de opressão — pelas mesmas razões que, há trinta e seis anos, inspiraram a Pio XI as severas palavras da *Quadragesimo Anno*, a saber, naquela degeneração que, já então, o arrastava

a uma concentração de forças e de poderes que permitia sobreviver os fortes oprimindo os fracos. De tal modo a liberdade de concorrência via destruído a si mesma, e a liberdade de mercado era subtraída a hegemonia econômica.

De resto, é conhecido que tal capitalismo "liberal" não é prerrogativa das democracias assim chamadas plutocráticas; mas conota sempre também economias "socialísticas", as quais, em última análise, não senão formas de capitalismo de estado, isto é, tipos de hegemonia econômica à qual hoje se deseja imprimir sempre mais o cuidado do lucro sob o controle dos poderes públicos ou dos partidos comunistas.

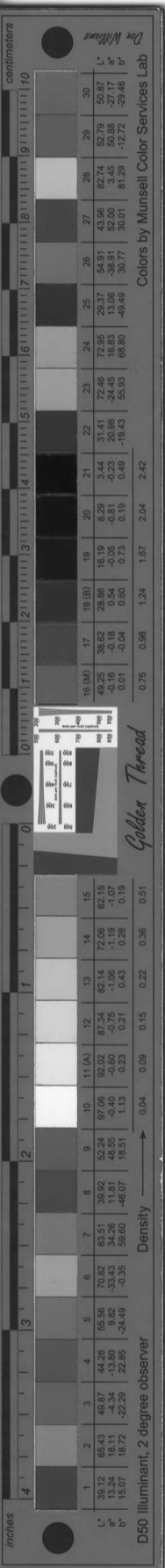
Se no vértice se podem fazer distinções do caso entre o privatismo mais ou menos real, das formas que se declaram capitalistas e as que dizem socialistas, a diferença desaparece na base: se muito, um confronto nesse terreno é mais favorável às primeiras que às segundas formas as quais não admitem o direito de greve.

Tais especulações "instrumentais" podem compreender-se no terreno da propaganda; não suportam nenhuma análise aprofundada que tolhe, com a razão de ser, qualquer possibilidade.

As distâncias entre ricos e pobres acentuam-se podendo determinar fermentos de revolta, dos quais poderiam vir não remédios mas misérgias maiores. Portanto, impõe-se uma obra urgente de caráter positivo.

Para isso chama a Encíclica, para uma parte ativa de cada um e de cada grupo, para o progresso do mundo. Nessa perspectiva seja considerado o aceno aos problemas demográficos, sublinhado nestes dias por muitos comentadores, como se a Igreja e a moral católica, até agora, não tivessem dito nunca que a procriação é um ato responsável, que a paternidade e a maternidade não consistem apenas em dar a vida física mas também e sobretudo, a vida moral do espírito. Os problemas da população e a relação dessa com os recursos que pode oferecer a terra não são ignorados nem menosprezados: mas são dois os ensinamentos diretos e indiretos da Encíclica. O primeiro é que eventuais limitações se dêem em harmonia com a lei natural e com a liberdade dos indivíduos; o outro, que a solução dos problemas mais graves da humanidade não pode ser procurada na negação do direito à vida mas em sua afirmação através das obras de cada dia, em todo nível. É o motivo fundamental do documento.

(De L'Osservatore Romano de 7-4-67, em tradução gentilmente cedida pela Nunciatura Apostólica no Brasil)



Revista da Conferência da Religião do Brasil, agosto-outubro, de 1967.
 Em torno da "Populorum Progressio"

modo autônomo e responsável, uma ordem econômica e social que não se oponha à lei moral cristã, ou simplesmente natural.

Trata-se de salvar o homem, a sua dignidade, a sua liberdade e de assegurar-lhe a possibilidade de ascensão, moral e material, onde quer que se encontre, qualquer que seja a sua língua, a crença religiosa, a cor da pele.

A Tranquilidade da Ordem

A primeira parte da Encíclica *Populorum Progressio* ("Para um desenvolvimento integral do homem") parte do reconhecimento desse direito natural e analisa as razões pelas quais encontra tantas dificuldades no esforço de afirmar-se. É, por assim dizer, um diagnóstico.

A condição de debilidade dos povos em desenvolvimento é efeito do colonialismo, o qual, tendo dado embora ao progresso material e técnico inegáveis contribuições, deixou os povos, até ontem dominados, em condições de grave depressão econômica. E não só econômica: demolidas, sem discernimento, tradições e culturas que no passado tinham sustentado de várias maneiras as instituições locais, nada de válido as substituiu para animar o impulso renovado, as aspirações naturais para uma vida mais digna.

A Igreja — e nisto está um dos traços mais corajosos da Encíclica — está, há séculos, empenhada numa ação missionária correspondente à sua vocação: foi uma obra construtiva, mesmo se o trabalho dos missionários "... pelo que nele existe de humano, não tenha sido perfeito e alguns misturaram por vezes a maneira de pensar e de viver do seu país de origem, com a pregação da autêntica mensagem evangélica. Mas também souberam cultivar e promover as instituições locais".

Aqui o documento evoca o exemplo do Padre Charles de Foucauld, humilde e mais próximo no tempo. Mas poder-se-ia recordar o Padre Matteus Ricci, o Padre De Nobili que, no fim do século XVI, assinalaram a ação missionária caminhos que hoje, com todo o direito, parecem modernos. Nem são outros os critérios que já no século VI São Gregório Magno sugeria a Agostinho de Cantuária para a evangelização da Britânia.

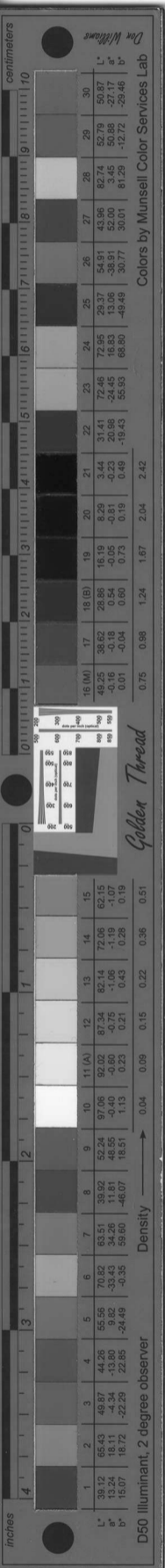
Numa concepção cristã da vida, o homem não somente tem a faculdade, mas o dever pessoal e comunitário de realizar-se a si mesmo e de crescer de modo harmonioso: a busca do progresso em uma dimensão unicamente material constitui obstáculo ao crescimento do ser. Por conseguinte, a técnica não basta, precisa-se da contribuição dos valores humanísticos e sobretudo religiosos.

Nesse ponto, a Encíclica considera os meios existentes à disposição dos homens para "sujeitar a terra..." e tudo quanto se encontra no mun-

FEDERICO ALESSANDRINI
 Vice-Diretor de L'Osservatore Romano

O designio da Encíclica *Populorum Progressio* em sua harmoniosa contextura — dizíamos há alguns dias atrás — aplica aos problemas dos povos em vias de desenvolvimento aquele conjunto de princípios e de normas que a Igreja, em uma reflexão de vários decênios, elaborou e vem enunciando frente às mudanças dos sistemas econômicos e às consequências humanas desses mesmos sistemas. Num primeiro tempo, precisava resolver em termos cristãos o caso de consciência que a *revolução industrial* havia criado nos países mais adiantados da velha Europa ou do continente americano, enunciando as premissas para uma solução cristã. A paz, conforme uma definição de Santo Tomás, é a "tranquilidade da ordem": não pode ser construída a não ser sobre a justiça. Não se condizna com a guerra, embora todas as guerras tenham sido travadas para "assegurar a paz". Análogamente, uma ordem econômica e social justa não pode ser fundada pela luta de classes.

Hoje em dia, a existência de muitos países em desenvolvimento dilata as perspectivas praticamente à terra inteira. Vão-se formando, mais rapidamente do que se pensa, as premissas para uma luta de classes internacional e intercontinental e existem forças e poderes que contam com essa eventualidade. Não é esse o caminho cristão, portanto não é o caminho da Igreja: a qual — convém repeti-lo — não intervém nos problemas econômicos e sociais dos tempos que atravessam em sua peregrinação terrena para criar diretrizes econômicas e sociais, políticas. Essa é uma tarefa que lhe não compete. Mas a Igreja, pelo magistério doutrinal e moral, inerente ao mandato que lhe foi confiado, tem o dever, portanto também o direito, de enunciar os princípios morais nos quais os cristãos e os homens de boa vontade devem e podem inspirar-se para fundar, de



do. Os bens têm um destino universal: "Se a terra é feita para fornecer a cada um os meios de subsistência e os instrumentos do progresso, todo homem tem direito, portanto, de nela encontrar o que lhe é necessário. O atual Concílio lembrou: "Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade". Todos os outros direitos, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão-lhe subordinados: não devem portanto impedir, mas, pelo contrário, facilitar a sua realização; e é um dever social grave e urgente conduzi-los à sua finalidade primeira".

Nestes dias, a opinião pública — ou, se se preferir, o senso comum — foi orientada pela imprensa a considerar na Enciclica *Populorum Progressio* alguns pontos particulares, destacados do contexto e por vezes nem apresentados em sua expressão completamente literal. Referimo-nos, em particular, a um certo número de parágrafos da primeira parte e, mais precisamente, aos números 23-31, onde se fala da propriedade, do uso dos rendimentos, do capitalismo liberal, do trabalho. Afirmou-se que "pela primeira vez" o direito de propriedade, até agora considerado "sacrosanto", teria sido "redimensionado" de modo severo; que jamais condenação mais concisa foi pronunciada pela Igreja contra o capitalismo liberal. Dados por demonstrados juízos sumários como estes, as deduções, conforme as tendências económicas ou políticas que se exprimem nos jornais, foram e são ainda positivas ou, digamos assim, menos positivas. Tudo isso é explicável, se se pensar que é tendência comum a quantos estão empenhados em atividades com "conteúdo temporal" — económicas, políticas, sociais — considerar os atos da Igreja na perspectiva de uma "utilidade" — ou "não utilidade" — de caráter imediato e contingente.

As palavras que transcrevemos há pouco, sobre o direito comum a todos aos bens da terra, introduzem e esclarecem o tópico sobre a propriedade, a industrialização, o capitalismo liberal, o trabalho. Portanto, a função social da propriedade é reafirmada conforme princípios iminentes ao cristianismo desde os primeiros séculos ou mesmo desde o dia do sermão da montanha. E é evidente que, permanecendo firme o direito originário, os seus limites podem variar com a variação do ambiente e da sua organização. Estamos longe do *ius utendi et abutendi* do direito romano que em alguns lugares passou para muitas legislações modernas através do código de Napoléon; mas estamos no filão originário da mensagem cristã. A industrialização não é reprovada em si mesma; ao contrário, é exaltada como sinal e fator de desenvolvimento, mas na medida em que não esmaga o homem. Quanto ao "capitalismo liberal", esse é reconhecido e aceito se for instrumento idóneo de progresso e de "promoção" humana através da liberdade de iniciativa; é reprovado — quando se torna instrumento de opressão — pelas mesmas razões que, há trinta e seis anos, inspiraram a Pio XI as severas palavras da *Quadragesimo Anno*, a saber, naquela degeneração que, já então, o arrastava

A TRANQUILIDADE DA ORDEM

a uma concentração de forças e de poderes que permitia sobreviver os fortes oprimindo os fracos. De tal modo a liberdade de concorrência via destruído a si mesma, e a liberdade de mercado era subtraída a hegemonia económica.

De resto, é conhecido que tal capitalismo "liberal" não é prerrogativa das democracias assim chamadas plutocráticas; mas conota sempre também economias "socialísticas", as quais, em última análise, não são formas de capitalismo de estado, isto é, tipos de hegemonia económica à qual hoje se deseja imprimir sempre mais o cuidado do lucro sob o controle dos poderes públicos ou dos partidos comunistas. Se no vértice se podem fazer distinções do caso entre o privatista mais ou menos real, das formas que se declaram capitalistas e as que dizem socialistas, a diferença desaparece na base: se muito, um conflito nesse terreno é mais favorável às primeiras que às segundas formas as quais não admitem o direito de greve.

Tais especulações "instrumentais" podem compreender-se no terreno da propaganda; não suportam nenhuma análise aprofundada que tolhe, com a razão de ser, qualquer possibilidade.

As distâncias entre ricos e pobres acentuam-se podendo determinar movimentos de revolta, dos quais poderiam vir não remédios mas misérias maiores. Portanto, impõe-se uma obra urgente de caráter positivo.

Para isso chama a Enciclica, para uma parte ativa de cada um e grupos, para o progresso do mundo. Nessa perspectiva seja considerado o aceno aos problemas demográficos, sublinhado nestes dias por muitos comentadores, como se a Igreja e a moral católica, até agora, não tivessem dito nunca que a procriação é um ato responsável, que a paternidade e a maternidade não consistem apenas em dar a vida física mas também e sobretudo, a vida moral do espírito. Os problemas da população e relação dessa com os recursos que pode oferecer a terra não são ignorados nem menosprezados: mas são dois os ensinamentos diretos e afirmados da Enciclica. O primeiro é que eventuais limitações se dêem em harmonia com a lei natural e com a liberdade dos indivíduos; o outro, que a solução dos problemas mais graves da humanidade não pode ser procurada na negação do direito à vida mas em sua afirmação através das obras boas, em todo nível. É o motivo fundamental do documento.

(De L'Osservatore Romano de 7-4-67, em tradução e adaptação feita pelo Observador Romano)